



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

Oficiala: Dra. Audrey Caldeira do Carmo
Rua Gonçalves Figueira, 134, fone (38) 3221-8314, CEP: 39.400.006
Montes Claros-MG.
e-mail: cartorio.tdpjmc@hotmail.com

CERTIDÃO

TATIANE PAULA MENDES AGUIAR, Escrevente Substituta do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e cumulativamente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei. etc...

Certifica a pedido verbal de pessoa interessada que revendo em Cartório os livros destinados ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, encontrou, nesta serventia, ata da **ONG ALIMENTANDO ESPERANÇAS**, datada de 26 de maio de 2004, registrada sob o n.10.001, livro A-10, protocolado sob o n.60.291, livro A-6 em 31 de agosto de 2004.

Certifica, fica fazendo parte integrante da presente certidão e segue anexo, ata, reproduzida em fotocópia, composta de (02) duas folhas numeradas de 02(dois) a 03 (três), todas devidamente carimbadas e rubricadas.

O referido é verdade. DOU FÉ. DADA e PASSADA nesta cidade de Montes Claros, aos (03) três dias do mês de junho de 2015. Eu _____, Escrevente Substituta do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, a subscrevi e assino:

-Tatiane Paula Mendes Aguiar-

Emolumentos: R\$ 19,30
Taxa de Fiscalização: R\$ 1,50
Total: R\$ 20,80



Termo de Abertura

Este livro contém 100 (cem) folhas todas por mim rubricadas e se destina ao registro das atas das assembleias da ONG Alimentando Esperanças, com sede à rua João Martins nº 312, Bairro Vila Guilhermina na cidade de Montes Claros no estado de Minas Gerais, Brasil.

Montes Claros, 26/05/04

Assinatura

Clairi Souza Paes Braga

1ª secretária

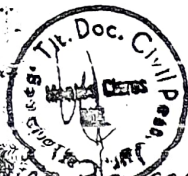


Ata de número 1

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às 10:15h, reuniram-se a Rua João Martins, nº 312, Bairro Vila Guilhermina, em Montes Claros em Minas Gerais, parceiros de duas sessões seguintes sociais para formação da diretoria da ONG Alimentando Esperanças, entidade filantrópica sem fins lucrativos. Após as devidas orientações passou-se a formação da diretoria executiva que ficou assim constituída: Presidente: Dinilton Souza da Costa RG M-44732736 SSP/MG CPF 573.349.276-72; Vice-presidente: Domingos Paiva Amaral, RG M-1388735 SSP/MG CPF 347, dgo, 374070666-04; Primeira secretária: Clairi Souza Paes Braga RG M-3535488 SSP/MG, CPF 554.192.596-; Segundo secretário: Ezequiel da Conceição Bispo; R

Selo de fiscalização

CTD 43369



11.10.99 - 55 SSP/BA, CPF 548.243.035-91. Primeiro Tesoureiro Rê
nato Augusto Waisman, RG 1001082377, SSP/RS, CPF 23849
054. Segundo Tesoureiro Sérgio Vitorino Pereira, RG 12.552
812-1, SSP/SP, CPF 619.720.708-78 e Coordenador Geral, Flan
Ogerson Assunção Jaques, RG 744513-0, ST/MT, CPF 544.8
591-15.

Não havendo mais nada a deliberar, foi encen
da a devida assembleia. Eu, Elaine Pereira, porta-vo
za Primeira secretária, lavrei a presente ata que
não por mim e por todos os demais presentes gozem
de ciência. *Roberto*
Elaine Pereira *Roberto*
Porta-voz *Roberto*

1.º - 2.º - 3.º - 4.º - 5.º - 6.º - 7.º - 8.º - 9.º - 10.º - 11.º - 12.º - 13.º - 14.º - 15.º - 16.º - 17.º - 18.º - 19.º - 20.º - 21.º - 22.º - 23.º - 24.º - 25.º - 26.º - 27.º - 28.º - 29.º - 30.º - 31.º - 32.º - 33.º - 34.º - 35.º - 36.º - 37.º - 38.º - 39.º - 40.º - 41.º - 42.º - 43.º - 44.º - 45.º - 46.º - 47.º - 48.º - 49.º - 50.º - 51.º - 52.º - 53.º - 54.º - 55.º - 56.º - 57.º - 58.º - 59.º - 60.º - 61.º - 62.º - 63.º - 64.º - 65.º - 66.º - 67.º - 68.º - 69.º - 70.º - 71.º - 72.º - 73.º - 74.º - 75.º - 76.º - 77.º - 78.º - 79.º - 80.º - 81.º - 82.º - 83.º - 84.º - 85.º - 86.º - 87.º - 88.º - 89.º - 90.º - 91.º - 92.º - 93.º - 94.º - 95.º - 96.º - 97.º - 98.º - 99.º - 100.º		31. AGO. 2004
Em nota		
MONTES CLAROS - MG		



Roberto
CARIM DOBOS

REGISTRO CIVIL PESSOAS JURIDICAS
CGC 23.568.176/0001-51
Registro N.º 10.001-04 LVO. A-10
Protocolo N.º 60.291-04 LVO. A-6 Fls. 33

Via arquivada na pasta n.º
de 37 de 37
Montes
Jorge
Piauí Guerra Maurício
Jovane Guerra Maurício
Eduardo

BGP 90330 à 90332/03 ATC

Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Fiscalização
CTO 43370

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficiala: Dra. Audrey Caldeira do Carmo
Rua Gonçalves Figueira, 144, fone (38) 3221-8314, CEP: 39.400006
Montes Claros-MG.
E-mail: cartório.tdpjmc@hotmail.com

CERTIDÃO

TATIANE PAULA MENDES AGUIAR, escrevente substituta do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e cumulativamente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc...

Certifico que o estatuto da ONG ALIMENTANDO ESPERANÇAS, foi registrado sob o nº. 23.273 livro A-24 e protocolado sob o nº. 111.760 livro A-11, em 03 de junho de 2015. Foram apresentados os documentos exigidos por lei. O referido é verdade. Dou Fé.

Montes Claros, 03 de junho de 2015.

Escrevente Substituta

Emolumentos: R\$ 14,26
Taxa de Fiscalização: R\$ 5,04
Total: R\$ 19,30


Selado e Fiscalizado

ESTATUTO SOCIAL DA ONG ALIMENTANDO ESPERANÇAS

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS E DURAÇÃO

- Art 1º - Sob a denominação de ONG Alimentando Esperanças, fica constituída uma associação (Organização Não Governamental) para fins não econômicos, que se rege pelo presente estatuto e pela legislação específica.
- Art 2º - A sede da associação será na Rua General Carneiro nº 254, no centro da cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
- Art 3º - A ONG Alimentando Esperanças visa contribuir para minimizar o sofrimento dos pacientes que aguardam atendimento médico ambulatorial, não somente através do fornecimento de refeições (almoço), para suprir uma necessidade física, como também promover palestras com informações preventivas / educativas e capelanía hospitalar, para suprir uma necessidade de elevação do nível de auto-estima, trabalhando os fatores emocionais, psicológicos e espirituais. Além disso, como forma de alavancagem de resultados para auto-sustentação, promoverá consultorias, projetos, pesquisas e cursos de qualificação profissional, visando a inserção do cidadão no mercado de trabalho, contribuindo para o combate da desigualdade e exclusão social.
- § 1º - A ação da ONG Alimentando Esperanças estende-se também ao grupo familiar das pessoas cadastradas e atendidas pelo projeto hospitalar, conforme o caput deste artigo, através de visitas sócio-educativas e distribuição de alimentos não perecíveis, roupas e utensílios arrecadados para este fim.
- § 2º - Além das atividades citadas no caput e no § 1º, compete a ONG Alimentando Esperanças promover quando julgar necessário:
- I) Assistência a pessoas em situação de rua;
 - II) Tratamento de dependentes químicos;
 - III) Se necessário estadia em casa de passagem;
 - IV) Internação em centro de recuperação;
 - V) Transporte de dependentes químicos para centros de recuperação em outras localidades;
 - VI) Acompanhamento de familiares de dependentes em estado de tratamento;
 - VII) O encaminhamento de pessoas em situação de rua para o lar de origem.
- Art 4º - A duração da ONG Alimentando Esperanças é por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II - DOS SÓCIOS

- Art 5º - São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem admitidos como tais - mediante o preenchimento de formulário próprio e aprovação pela Diretoria da associação; mantenham em dia as suas contribuições mensais, estipuladas pela Assembleia Geral, e expressem fiel obediência a este estatuto e às deliberações da sociedade.
- Art 6º - Ficam criadas 05 (cinco) categorias de sócios, a saber: **Sócio-contribuinte** - aquele que contribui com sua força de trabalho voluntário ou ajuda financeira a organização; **Sócio-mantenedor** - aquele que formaliza um compromisso de sustentar financeiramente a organização; **Sócio-remido** - aquele que, tendo sido beneficiado pela organização, resolve associar-se a ela contribuindo financeiramente ou através de serviços voluntários; **Sócio-benemérito** - título de honra conferido em função de

[Assinatura manuscrita]

importantes serviços prestados à causa da organização; e **Sócio-honorário** – título de honra conferido para aqueles que se destacarem na defesa e preservação da causa da organização.

Art 7º - Somente terão direito a voto na Assembléia Geral os socio-contribuintes, os sócio-mantenedores e os sócio-remidos.

Art 8º - Os sócios com direito a voto não poderão exercê-lo por procuração.

CAPÍTULO III - DA DIRETORIA

Art 9º - A associação será dirigida por uma diretoria eleita pela Assembléia Geral, para um período de 02 (dois) anos, podendo ser reeleita por mais 02 (dois) períodos consecutivos.

Art 10 - A Diretoria será composta dos seguintes cargos diretores: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e Coordenador Geral.

Art 11 - Serão atribuições do Presidente:

- I) Representar a associação ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- II) Convocar e presidir as Assembléias Gerais;
- III) Assinar as atas juntamente com o Secretário;
- IV) Assinar escrituras, contratos e documentos de caráter jurídico juntamente com o Tesoureiro e Secretário, mediante autorização prévia da associação nos termos deste Estatuto;
- V) Realizar operações financeiras juntamente com o Tesoureiro mediante autorização prévia da associação em Assembléia, movimentar contas bancárias juntamente com o 1º Tesoureiro ou seu substituto legal;
- VI) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as decisões das assembléias da associação;
- VII) Exercer o voto de desempate nas assembléias da associação.

Art 12 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em sua falta ou em seus eventuais impedimentos.

Art 13 - Compete ao 1º Secretário:

- I) Redigir, lavrar, assinar e apresentar em livro próprio, as atas das Assembléias da associação;
- II) Receber e enviar correspondência da associação, manter em ordem a documentação administrativa da associação;
- III) Assinar com o Presidente e Tesoureiro, escrituras e documentos de caráter jurídico nos termos deste Estatuto.

Art 14 - Ao 2º Secretário compete substituir o 1º Secretário em seus impedimentos eventuais e auxiliá-lo quando for solicitado.

Art 15 - Compete ao 1º Tesoureiro:

- I) Receber, guardar e contabilizar os valores da associação, efetuando os pagamentos por ela autorizados, apresentar os relatórios competentes mensalmente em Assembléia e sempre que for solicitado;
- II) Assinar escrituras, contratos e documentos de caráter jurídico juntamente com o Presidente mediante autorização prévia da associação em Assembléia;

Assinatura

III) Realizar operações financeiras juntamente com o Presidente mediante autorização prévia da associação em Assembléia, movimentar contas bancárias juntamente com o Presidente ou seu substituto legal.

Art 16 - Ao 2º Tesoureiro compete substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos eventuais ou quando solicitado.

Art 17 - Compete ao Coordenador Geral:

- I) Representar a associação junto à sociedade e meios de comunicação;
- II) Viabilizar a assinatura de convênios e contratação de novas parcerias;
- III) Divulgar as ações da associação e promover campanhas publicitárias;
- IV) Coordenar as atividades dos voluntários;
- V) Orientar a diretoria sobre ações que visem otimizar os projetos da associação;
- VI) Promover programas especiais, seminários e palestras sócio-educativas.

Art 18 - Nenhum membro da Diretoria será remunerado para o desempenho de suas funções e respectivas atribuições.

§ **Único** - Para fazer parte da Diretoria é preciso ser membro da ONG Alimentando Esperanças e ter no mínimo um ano de participação ativa nas atividades por ela desenvolvidas. Um membro da Diretoria ao permanecer por um período de seis meses sem participar das atividades e reuniões da ONG Alimentando Esperanças será destituído do cargo, podendo também ter o nome retirado do rol de membros, havendo a concordância da maioria dos membros através de votação.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art 19 - O Conselho Deliberativo compor-se-á por 03 (três) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente. Obrigatoriamente será composto por associados da ONG Alimentando Esperanças e serão eleitos, para um mandato de 02 (dois) anos, pela Assembléia Geral da associação.

Art 20 - Os membros do Conselho Deliberativo e seus suplentes exercerão os seus cargos até a próxima Assembléia Geral para a nova eleição de seus membros, e poderão ser reeleitos.

Art 21 - O Conselho Deliberativo tem as seguintes atribuições e poderes:

- I) Reunir-se trimestralmente para examinar o desempenho da Diretoria em gestão;
- II) Orientar as ações da Diretoria em gestão;
- III) Elaborar, preliminarmente, projetos de reformas estatutárias e do regimento interno.

Art 22 - O Conselho Deliberativo elegerá, entre si, por maioria absoluta de votos, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, para a condução dos trabalhos de mesa nas suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art 23 - Os membros do Conselho Deliberativo desempenharão as suas funções e atribuições, sem remuneração.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art 24 - O Conselho Fiscal compor-se-á de 03 (três) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, associados ou não, e eleitos anualmente pela assembléia geral da associação.

Salvador, 11 de Maio de 2011

Art 25 - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão os seus cargos até a primeira Assembléia Geral ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

Art 26 - O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que são conferidos por lei.

Art 27 - Os membros do Conselho Fiscal, associados ou não, desempenharão as suas funções e atribuições, sem remuneração.

CAPÍTULO VI - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art 28 - As Assembléias Gerais serão ordinárias, com reunião no primeiro (1º) dia útil de agosto de cada ano, para eleger o Conselho Deliberativo, quando for o caso; aprovar as contas da Diretoria; eleger os membros do Conselho Fiscal e tratar dos assuntos que interessam à existência da ONG Alimentando Esperanças e à sua administração. A Assembléia Geral é o poder soberano da associação e é constituída por seus sócios civilmente capazes: obedecendo-se o pressuposto no artigo 7º.

§ Único - A Assembléia Geral Ordinária se realizará com quorum da metade mais um (50%+1) dos sócios civilmente capazes, em primeira convocação e com a presença de qualquer número de sócios, decorridos 10 (dez) minutos da primeira convocação. Suas deliberações serão válidas se aprovadas pela maioria absoluta de cinquenta por cento mais um (50%+1) dos votos apurados, obedecendo-se o pressuposto no artigo 7º.

Art 29 - As Assembléias Gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da associação exigirem o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos por lei e nos seguintes casos:

- I) - Eleição da Diretoria da associação;
- II) - Destituição dos membros da Diretoria;
- III) - Reforma de Estatuto;
- IV) - Aquisição ou alienação de bens patrimoniais imóveis;
- V) - Eleição de novo Conselho Deliberativo, por renúncia do em exercício;
- VI) - Aprovação ou reforma do Regimento Interno.
- VII) - Dissolução da associação.

§ 1º - Para as deliberações a que se referem às alíneas "b" e "c" deste artigo é exigido o voto favorável de dois terços (2/3) dos presentes à assembléia e esta não poderá deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos sócios civilmente capazes - obedecendo-se o pressuposto no artigo 7º, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

§ 2º - O quorum para deliberação dos demais assuntos referidos neste artigo será de um terço (1/3) dos membros civilmente capazes - obedecendo-se o pressuposto no artigo 7º, em primeira convocação, ou um quinto (1/5), decorridos 20 (vinte) minutos da primeira convocação.

§ 3º - As Assembléias Gerais Extraordinárias considerar-se-ão legitimamente constituídas, desde que convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, constando da convocação o assunto ou assuntos a serem tratados. As AGE serão convocadas pelo Presidente da associação ou por seu substituto legal, ou pelo Coordenador Geral, ou ainda por um quinto (1/5) dos sócios civilmente capazes, através de edital afixado no quadro de avisos da associação e/ou nas programações promovidas por ela.


Assinatura

§ 4º - A associação poderá realizar tantas Assembléias Gerais Extraordinárias quantas julgar necessárias, para qualquer assunto, porém, os assuntos presentes neste artigo somente poderão ser tratados exclusivamente em Assembléias Gerais Extraordinárias;

§ 5º - As Assembléias Gerais Extraordinárias serão convocadas de forma congênere ao estabelecido no Parágrafo Segundo do Artigo 29º.

Art 30 - As Assembléias Gerais serão dirigidas pelo Presidente da associação - ou por seu representante legal, que convidará o Secretário - ou um dos sócios presentes para servir de secretário, para a composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembléia.

CAPÍTULO VII - DO PATRIMÔNIO

Art 31 - O patrimônio social será constituído das contribuições voluntárias, doações, subvenções e legados dos seus sócios, ou de quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas, de fonte digna a critério da associação, e será aplicado na consecução de seus fins dentro do território nacional.

§ Único - Os sócios da associação em nenhuma condição participam de seu patrimônio.

Art 32 - Os bens imóveis da associação só poderão ser objetos de alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida após deliberação e aprovação em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para este fim. Neste caso, o quorum não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) dos sócios civilmente capazes da associação.

CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art 33 - O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano. O ano fiscal da associação acompanha o ano civil.

Art 34 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração dos resultados do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

CAPÍTULO IX - DA LIQUIDAÇÃO

Art 35 - A associação poderá ser extinta por inexistência de sócios, falta de condições financeiras, inviabilidade administrativa, impossibilidade de cumprir com os fins para os quais foi criada, ou por deliberação da maioria dos sócios, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para este fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e com a presença de, no mínimo, setenta por cento (70%) dos sócios civilmente capazes.

Art 36 - A associação também poderá ser extinta por determinação legal.

Art 37 - No caso de extinção, competirá à Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar durante o período da liquidação.

Art 38 - Extinta a associação, seus bens e saldos remanescentes, respeitados os direitos de terceiros, serão doados a uma instituição congênere.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art 39 - Para cumprir com os seus objetivos sociais, a associação poderá criar

Sete de Maio de 1964

departamentos, comissões ou grupos de trabalhos, compostos sempre por associados da ONG Alimentando Esperanças em conformidade com este estatuto.

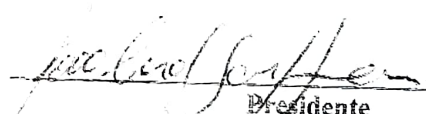
Art 40 - A associação poderá ter um Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, cujos termos não poderão contrariar este Estatuto.


Art 41 - Os sócios da ONG Alimentando Esperanças não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela associação e nem esta responde por quaisquer obrigações contraídas por seus sócios.

Art 42 - Os casos não tratados por este estatuto serão resolvidos pela associação em Assembleia Geral.

Art 43 - Fica eleito o Foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste estatuto.

Montes Claros - MG, 01 de setembro de 2014.


Presidente
Nome/RG: João Cordeiro dos Santos Junior /MG-12.444.283


Selo de Autenticidade
ROL 50418
ROL 50417
CTO 43322
CTO 43321
CTO 43320

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS			
Oficiala Dra. Audrey Caldeira do Carmo			
Rua Gonçalves Figueira - 144 - A - Centro			
Montes Claros - Minas Gerais			
RTDPJMC			
Apresentado hoje, protocolado sob o no.		111760	
do livro	A11	e registrado sob o no.	23273
do livro	A24	. Dou fé.	
Montes Claros,	03-jun-15	Oficiala	
Emolum.	80,67	Tx. fisc.	27,43 Tot. 108,10



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atestamos, em razão de requerimento do interessado, que a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, denominada “**ONG ALIMENTANDO ESPERANÇAS**” inscrita no CNPJ sob o número 06.988.985/0001-91, funciona regularmente na rua General Carneiro, nº 254, no bairro Centro, da Cidade de Montes Claros-MG, CEP: 39.410-095 desde 31/08/2004, conforme comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido pela Secretaria da Receita Federal. Seu Estatuto está registrado sob o nº 23.273, Livro A-24; protocolo nº 111.760, Livro A-11, em 03 de Junho de 2015, no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e Ata de Eleição da diretoria registrada sob o nº 30.077, Livro A-26, e protocolo sob nº 139.235, livro A-13, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em 20 de Outubro de 2021.

Por serem verdadeiras as informações acima, assino o presente. O requerente fica ciente que informações falsas importam em responsabilidade criminal, nos termos do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Montes Claros, 14 de Setembro de 2023

Martins Lima Filho
Presidente da Câmara

MARTINS LIMA FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ONG ALIMENTANDO ESPERANCAS
CNPJ: 06.988.985/0001-91

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:42:45 do dia 08/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/11/2023.

Código de controle da certidão: **A2F9.F958.D938.AD43**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
18/09/2023CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:
17/12/2023

NOME: ONG ALIMENTANDO ESPERANÇAS

CNPJ/CPF: 06.988.985/0001-91

LOGRADOURO: RUA GENERAL CARNEIRO

NÚMERO: 254

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 39400095

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: MONTES CLAROS

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2023000686927790



Prefeitura Municipal de Montes Claros
Secretaria de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

82968 / 2023

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ONG ALIMENTANDO ESPERANÇAS

ENDEREÇO COMPLETO

Rua LEOLINO CAMARA, 217, GUILHERMINA
MONTES CLAROS- MG - CEP: 39400497

CPE/CNPJ

06.988.985/0001-91

CÓD. CONTRIBUINTE

147280

Consultando nossos arquivos constatamos que NADA CONSTA nesta PREFEITURA, em nome do contribuinte acima citado, e até a presente data, referente a débitos vencidos relativos a Impostos e Taxas, sob qualquer título.

Quanto a esta CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ficam ressalvados, entretanto, eventuais direitos de a Fazenda Pública do Município de Montes Claros lançar e cobrar débitos que venham a ser apurados.

FIM EXPRESSO A QUE SE DESTINA ESSA CERTIDÃO

Fins de Direito

OBSERVAÇÕES

ESTA CERTIDÃO NÃO TEM VALIDADE PARA EFEITOS DE TRANSMISSÃO DE IMÓVEL E PARA FINS DE INVENTÁRIO, HAJA VISTA QUE TAIS FINALIDADES SÃO ATESTADAS EM DOCUMENTOS PRÓPRIOS.

DATA DE EMISSÃO

18/09/2023

DATA DE VALIDADE

18/10/2023

QUALQUER RASURA INVALIDA A CERTIDÃO

Esse documento foi impresso via Internet. Para testar sua autenticidade acesse www.montesclaros.mg.gov.br, clique em IPTU ONLINE, na opção Autentica Certidão e digite as informações solicitadas.

Código Autenticidade: 707734703707734



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.988.985/0001-91 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 31/08/2004</div>
<div>NOME EMPRESARIAL ONG ALIMENTANDO ESPERANÇAS</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>		
<div>LOGRADOURO R GENERAL CARNEIRO</div>	<div>NÚMERO 254</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 39.400-095</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO MONTES CLAROS</div>
<div>UF MG</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO RSCONTSARDINHA@HOTMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (38) 3221-8706/ (38) 3221-4288</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2021</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 18/09/2023 às 12:15:20 (data e hora de Brasília).